



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
GABINETE DO SECRETÁRIO**

SEF

15/07/2014

14901/2014

13:53



06964.2014.00014964

**EM nº 259/2014**

Florianópolis, 14 de julho de 2014.

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Decreto contendo as Alterações 3.438 a 3.439 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

2. A Alteração 3.438 modifica os prazos para pedidos de reconsideração e recurso de processos de exclusão do Simples Nacional. Também altera a autoridade competente para analisar os pedidos de reconsideração. Pretende-se com esta medida, agilizar o processo de recurso administrativo relativos ao termo de exclusão do simples nacional, tendo em vista a necessidade de que o julgamento definitivo da exclusão do regime simplificado na esfera administrativa ocorra antes do julgamento da correspondente notificação fiscal pelo Tribunal Administrativo Tributário, considerando que o julgamento do lançamento relativo ao regime normal de apuração, depende da exclusão definitiva do contribuinte do regime do Simples Nacional.

3. A Alteração 3.439 insere o § 10 ao art. 10 do Anexo 5 do Regulamento, prevendo o cancelamento automático da Inscrição Estadual (IE) de contribuinte optante pelo Simples Nacional ou SIMEI que tenha efetuado a baixa de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Esta regulamentação visa automatizar o processo de cancelamento da IE nos casos em que o próprio contribuinte tenha solicitado a baixa do CNPJ.

Respeitosamente,

  
**ANTONIO MARCOS GAVAZZONI**  
Secretário de Estado da Fazenda

Excelentíssimo Senhor  
**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**  
Governador do Estado  
Florianópolis/SC

**ANEXO I**  
**COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO**  
**EM nº 259/2014**

<b>REDAÇÃO ATUAL</b>	<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
<b>ALTERAÇÃO: 3.438</b> <b>RICMS – ANEXO 4</b>		
<p>Art. 7º Na hipótese do art. 6º, I será emitido Termo de Exclusão da Opção pelo Simples Nacional.</p> <p>§ 1º O contribuinte poderá solicitar ao Gerente Regional da Fazenda estadual reconsideração da exclusão de ofício, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência do termo previsto no caput deste artigo.</p> <p>§ 2º Da decisão do Gerente Regional da Fazenda estadual caberá recurso ao Gerente de Fiscalização, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência da decisão recorrida.</p>	<p>"Art. 7º .....</p> <p>§ 1º O contribuinte poderá solicitar à autoridade fiscal responsável pela emissão do termo, reconsideração da exclusão de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da ciência do termo previsto no <i>caput</i> deste artigo.</p> <p>§ 2º Da decisão da autoridade fiscal caberá recurso ao Gerente de Fiscalização, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência da decisão do pedido de reconsideração.</p> <p>....."(NR)</p>	<p>A Alteração 3.438 modifica os prazos para pedidos de reconsideração e recurso de processos de exclusão do Simples Nacional. Também altera a autoridade competente para analisar os pedidos de reconsideração. Pretende-se com esta medida, agilizar o processo de recurso administrativo relativos ao termo de exclusão do simples nacional, tendo em vista a necessidade de que o julgamento definitivo da exclusão do regime simplificado na esfera administrativa ocorra antes do julgamento da correspondente notificação fiscal pelo Tribunal Administrativo Tributário, considerando que o julgamento do lançamento relativo ao regime normal de apuração, depende da exclusão definitiva do contribuinte do regime do Simples Nacional.</p>
<b>ALTERAÇÃO: 3.439</b> <b>RICMS – ANEXO 5</b>		
<p>Art. 10. A inscrição no CCICMS será cancelada de ofício, com base na comunicação prevista no art. 76 do</p>	<p>"Art. 10 .....</p> <p>.....</p>	<p>A Alteração 3.439 insere o § 10 ao art. 10 do Anexo 5 do Regulamento, prevendo o</p>

<p>Regulamento efetuada pela GERFE a que jurisdicionado o contribuinte, nas seguintes hipóteses:</p> <p>(...)</p> <p>§ 1º A inscrição no CCICMS poderá ser sumariamente cancelada nas seguintes hipóteses:</p> <p>I – por falta de ativação no prazo previsto no inciso II do § 3º do art. 2º;</p> <p>II – por falta de reativação, na hipótese do parágrafo único do art. 9º;</p> <p>III – por falta do cumprimento das disposições previstas na alínea “b” do inciso II do § 3º do art. 12 deste Anexo;</p> <p>IV – por descumprimento de obrigação principal e acessória, conforme disciplinado em ato do Secretário de Estado da Fazenda;</p> <p>V – quando a matrícula no órgão de registro público de empresa mercantil ou a inscrição no cadastro das administrações tributárias dos municípios ou da União encontrar-se extinta, cancelada, baixada ou arquivada;</p> <p>VI – não efetuar a solicitação da baixa de inscrição conforme previsto no inciso III do art. 12 deste Anexo.</p> <p>(...)</p> <p>§ 9º O cancelamento da inscrição no CCICMS, nas hipóteses previstas no § 1º, só poderá ser efetivado após o transcurso do prazo de 30 (trinta) dias concedido ao contribuinte, por edital, via Pe/SEF, para regularização de sua situação cadastral.</p>	<p>§ 10. Na hipótese do inciso V do § 1º deste artigo, o recebimento, por meio do Portal do Simples Nacional, de comunicação de que a empresa optante pelo Simples Nacional ou SIMEI efetuou a baixa de inscrição no CNPJ implicará o cancelamento automático da inscrição estadual, dispensado o procedimento previsto no § 9º deste artigo.”</p> <p>(NR)</p>	<p>cancelamento automático da inscrição estadual de contribuinte optante pelo Simples Nacional ou SIMEI que tenha efetuado a baixa de sua inscrição no CNPJ. Esta regulamentação visa automatizar o processo de cancelamento nos casos em que o próprio contribuinte tenha solicitado a baixa do CNPJ.</p>
--	--	--